



Recebido em 07/05/2024

Aceito em 31/08/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i43.53503

## ARTIGO

# *O Publicador Goyano: Narrativas sobre Saúde Pública a partir da Secção Científica e carta dos leitores*

*O Publicador Goyano: Narratives on Public Health from the Secção Científica and letter from readers*

***Ysabella Medeiros Portela***

Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás  
<https://orcid.org/0009-0001-7477-7176>

***Rosana Maria Ribeiro Borges***

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás  
<https://orcid.org/0000-0002-9848-2452>

**RESUMO:** O artigo apresenta a análise das narrativas relacionadas à saúde pública a partir da *Secção Científica* do jornal *O Publicador Goyano*, assim como o diálogo estabelecido entre os leitores por meio de cartas enviadas ao periódico sobre o mesmo assunto. É abordado o contexto histórico e político de surgimento do jornal, o qual é enraizado nos escopos abolicionista e republicano, bem como a figura de seu fundador, José do Patrocínio, considerado uma exceção dentro da comunidade afrodescendente do século XIX. É observado uma tentativa de popularização da ciência a partir da abordagem de temas relacionados à saúde, educação, higiene e urbanização, tal como a disseminação de valores e modelos europeus, visando uma normatização da sociedade. O texto tem como base estudos de Borges e Barbosa, Herschmann e Pereira, Larindo, Magalhães, Moraes e Rabelo. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, triangulada pelo levantamento bibliográfico, pesquisa documental e análise de narrativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** O Publicador Goyano. Secção Científica. Imprensa goiana.

**ABSTRACT:** This article presents the analysis of narratives related to public health from the *Secção Científica* of the newspaper *O Publicador Goyano*, as well as the dialogue established between readers through letters sent to the periodical on the same subject. The historical and political context of the newspaper's origin is addressed, which is rooted in abolitionist and republican scopes, as well as the figure of its founder, José do Patrocínio, considered an exception within the Afro-descendant community of the 19th century. An attempt to popularize science is observed by approaching topics related to health, education, hygiene and urbanization, such as the dissemination of European values and models, aiming to standardize society. The text is based on studies by Borges and Barbosa, Herschmann and Pereira, Larindo, Magalhães, Moraes and Rabelo. The research has a qualitative approach, triangulated by bibliographical research, documentary research and narrative analysis.

**KEYWORDS:** O Publicador Goyano. Secção Científica. Goiás's Press.

## Considerações iniciais

O presente estudo dedica-se à análise dos temas relacionados à saúde pública abordados na *Secção Científica* do jornal *O Publicador Goyano* e o diálogo de leitores através de cartas enviadas ao periódico também relacionadas à mesma temática. Para isso, é apresentada a história do surgimento do periódico, sua divisão editorial e escopo político, bem como a de seu fundador, José do Patrocínio.

O jornal *O Publicador Goyano* surge em um contexto de efervescência filosófica e científica para o desenvolvimento da ciência e de mudanças políticas. No século XIX houveram diversos processos importantes no Brasil, como a mudança na forma de governo, a chegada da imprensa, a abolição da escravidão e tantas outras que se dirigem para mudanças de pensamento.

Os jornais são espaços de contato direto com o público, com a circulação de ideias e como lugares de memória. Conforme se verá, por meio de narrativas sobre educação, saúde, higiene e urbanização, o periódico veiculava textos que buscavam instruir as famílias, especialmente as de maior poder aquisitivo, enfatizando a importância da educação moral como precursora da intelectual. Além disso, abordava questões de saúde pública, promovendo a conscientização sobre as leis naturais do corpo humano e incentivando novos hábitos higiênicos. Essas iniciativas visavam não apenas a melhoria das condições sanitárias, mas também o controle social, especialmente sobre os mais pobres, a partir da disseminação de valores e modelos europeus pela elite dirigente, visando a normatização e controle social.

Na Hemeroteca Digital Brasileira constam dezenas de exemplares, contudo, com muitas ausências. Sua última edição disponível é a número 232, veiculada no dia 14 de agosto de 1889, porém, Teles (1980) argumenta que o periódico teria perdurado até o dia 2 de março de 1892.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, triangulada pelos seguintes instrumentos: levantamento bibliográfico, pesquisa documental e análise de narrativas. Entre os autores utilizados, destacam-se Borges e Barbosa (2024), Herschmann e Pereira (1994), Larindo (2017), Magalhães (2005), Moraes (1995) e Rabelo (2010). Expositivamente, além das considerações iniciais e finais, o texto apresenta quatro momentos, quais sejam: “O surgimento do jornal, a defesa da liberdade de pensamento e a importância da imprensa”, “José do Patrocínio: Músico, Jornalista e Abolicionista Goiano”, “A Ciência pelas páginas da Secção Científica” e “Diálogo de leitores: Significação das cartas sobre saúde pública”.

## O surgimento do jornal, a defesa da liberdade de pensamento e a importância da imprensa

O jornal *O Publicador Goyano* foi criado em 23 de fevereiro de 1885, era de propriedade da empresa Tocantins & Aranha e teve o jornalista abolicionista José do Patrocínio Marques Tocantins à sua frente. Sua tiragem era semanal, em dias indeterminados, e o veículo era sediado em uma tipografia e escritório próprios, no Largo do Chafariz, nº 20, na então capital da Província de Goiás, cidade que recebeu o mesmo nome. O jornal tinha um formato grande, contando com quatro páginas

impressas em um prelo Marinoni. O nome do periódico, conforme descrito na *Secção Editorial*, é “uma synthese que por si só diz muito ou diz tudo” (AO PUBLICO, 1885, p. 1), colocando-se assim como um jornal que daria resumos das “noticias importantes dos jornaes brasileiros, europeus, &, promoverá, com toda a diligencia, os meios de tornar-se util a todas as classes da sociedade” (PROGRAMMA, 1885, p. 1).

Borges e Barbosa (2024, p. 332) enfatizam que o jornal possuía “escopo formativo, enciclopédico e noticioso com fortes vínculos nos movimentos abolicionistas e republicanos”. Além disso, as autoras destacam que, no que tange ao escopo editorial, o *O Publicador Goyano* era inclinado a abordagem de temas pertinentes ao aprimoramento da Província de Goiás, além de não publicar textos que versassem sobre questões da vida privada:

Todo artigo que tratar dos melhoramentos moraes e materiaes da nossa provincia, terão preferencia e acatamento nas nossas columnas, onde serao publicados gratuitamente. A empresa não se responsabiliza de modo algum pelos artigos inseridos fora d’esta Secção; os quaes só serão aceitos, com declarações de responsabilidade e assignaturas reconhecidas. Não se publicação, de modo algum, artigos que se trate da vida privada. *O Publicador Goyano* dará em resumo as noticias importantes dos jornaes brasileiros, europeus, &, e promover, com toda diligencia, os meios de tornar-se util a todas as classes da sociedade (SECÇÃO EDITORIAL, 1885, p. 1).

A partir desta tendência liberal e abolicionista, conforme apontado por Borges e Barbosa (2024), seu perfil se sustentava na abolição da escravatura, instalação da República, laicidade e defesa dos direitos humanos fundamentais. Amplas discussões sobre o Positivismo e a Ciência, além da liberdade de pensamento e a importância da imprensa também eram promovidas de forma recorrente:

A imprensa é a arma poderosa dos povos civilizados – tem por missão o desenvolvimento intellectual das nações por principios dominantes de sua organização – a historia e a verdade historica, por ser a redatora dos acontecimentos modernos; verdade, por ser o elemento predominante das idéas. Ninguém desconhece a vantagem de sua descoberta no progresso das sociedades, ninguém ignora o seu dominio nas opiniões populares. Combater os abusos dos governos despoticos, elevar á perfeitibilidade, as opiniões transviadas do direito, fazer respeitar as leis e denunciar os criminosos – é a sua missão, é o seu dever principal. (FLORAMBEL, 1885, p. 1).

A liberdade do pensamento é apontada como “[...] um direito natural, que não pode absolutamente depender do poder social” visto que esta faz parte de quem o homem é, pois este tem a “viva tendencia de expressar as suas idéas e opiniões com os outros homens” (IMPrensa, 1885, p. 1). A imprensa é considerada como o maior meio de comunicação que existe, sendo um “[...] instrumento maravilhoso que leva as idéas á todas as localidades, percorre os estados, atravessa o mundo [...] porque põe em comunicação o pensar de milhões de homens de todas as classes” e afirma que “[...] não pode haver escravidão onde o espirito publico tem encontrado illustração; a escravidão só se mantem no estado da ignorancia” (IMPrensa, 1885, p. 1).

Borges e Barbosa (2024) afirmam ainda que *O Publicador Goyano*, em comparação com diversos periódicos goianos do século XIX, é o que possui uma maior organização na composição tipográfica e na delimitação das editorias, além de ser o que apresenta

a grafia mais próxima do que hoje é usual na Língua Portuguesa. As autoras atribuem os feitos à capacidade técnica e intelectual de José do Patrocínio.

Suas páginas eram divididas entre *Memorandum* (informativo); *Secção Editorial*; *Collaboração* (textos informativos e opinativos); *Secção Scientifica* (textos relacionados ao conhecimento científico); *Folhetim* (textos literários que, geralmente, começavam em uma edição e, então, eram continuados em outras. Muitas vezes eram traduzidos de outros idiomas); *Secção Litteraria* (resenhas, resumos, poemas e poesias); *Secção Noticiosa*; *Um Pouco de Tudo* (miscelânea de notas e curiosidades); *Secção Livre* (espaço pago com textos opinativos, editais, publicações oficiais e piadas) e *Annuncios*, sendo a de interesse para este trabalho os textos publicados na *Secção Scientifica* (BORGES; BARBOSA, 2024).

Além de se destacar na defesa de temas pertinentes à abolição, à república, à laicidade do Estado e às liberdades, é relevante pontuar que o periódico também adotava uma política progressista no que se refere à inclusão de mulheres em suas empresas tipográficas. Borges e Barbosa (2024) afirmam que as pioneiras foram Anna Gabriella Tocantins e Luiza Suzana Tocantins, sobrinha e prima de José do Patrocínio, seguidas pelas compositoras Maria do Rozario Xavier de Barros e Joana Pereira Marinho, também parentes de José do Patrocínio. As autoras acreditam que haviam ainda outras mulheres que prestaram serviço para a tipografia, visto que, a partir da análise de documentos da época, há a presença de outras mulheres como educandas de José do Patrocínio.

### **José do Patrocínio: Músico, jornalista e abolicionista goiano**

De acordo com o jornal *O Publicador Goyano*, José do Patrocínio Marques Tocantins nasceu na Cidade de Goiás em 12 de outubro de 1844 e faleceu aos 44 anos de idade, em 7 de agosto de 1889, por complicações do diabetes, doença que também levou o seu pai ao óbito. Larindo (2017) pontua que o idealizador do *O Publicador Goyano* era filho de um casal de afrodescendentes, Francisco Marques e Ana Marques do Espírito Santo, contudo, havia sido criado apenas pela mãe, visto que seu pai, que era escravo, foi alforriado poucos dias antes do seu nascimento, mas acabou morrendo logo em seguida.

**Figura 1 - José do Patrocínio Marques Tocantins na Typographia Perseverança**



---

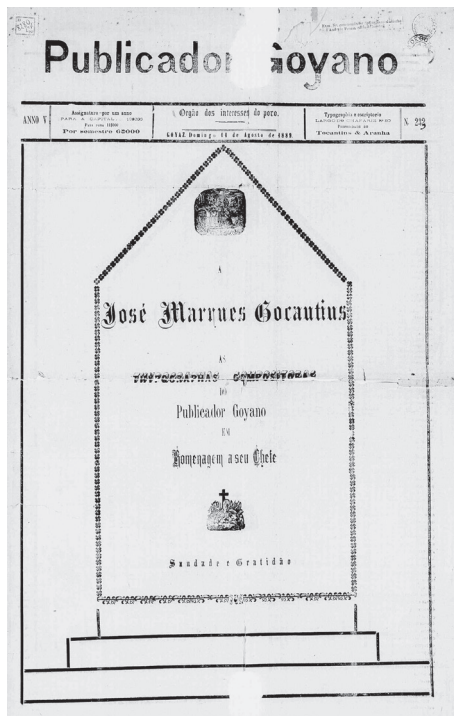
Fonte: Acervo da Biblioteca Frei Simão, Cidade de Goiás apud LARINDO, 2017, p. 100.

Apresentado pelas páginas do *O Publicador Goyano* como filho “ [...] de paes pobres e sem prestígio na sociedade” (JOSÉ, 1889-a, p. 2) e que “[...] causa assombro ver-se como elle [...] pode erguer se á triumphante altura do mais popular defensor dos interesses do povo goyano” (JOSÉ, 1889-b, p. 3), José do Patrocínio, mesmo sendo um homem negro e pobre, conseguiu ascender na sociedade goiana oitocentista, local em que o prestígio social estava inteiramente ligado às questões econômicas e a cor da pele, de forma que se tornou professor de música e músico, editor nos jornais *O Publicador Goyano* e *A Tribuna Livre*, se graduou em Mineralogia e era proprietário de uma indústria de papel, além de lutar pelo fim da escravatura, como aponta Larindo (2017).

Tanto Larindo (2017), quanto Borges e Barbosa (2024), afirmam que é possível que José do Patrocínio tenha sido uma pessoa autodidata, visto que conseguiu se alfabetizar sozinho, pois não há nenhum registro de sua escolaridade de acordo com pesquisa documental realizada pelas pesquisadoras. O jornalista aprendeu o ofício de tipógrafo ainda na infância, quando começou a trabalhar como ajudante na tipografia do jornal *O Tocantins*. Borges e Barbosa (2024) apontam que sua formação em Mineralogia foi realizada no Rio de Janeiro e seus estudos foram financiados pelo Centro Goyano, uma entidade criada para ajudar na escolarização de estudantes que não tinham condições financeiras de pagar por escolas superiores, porém, Larindo pontua que sua ascensão se deu “por meio do seu esforço e mérito, até porque era incomum afrodescendentes que conseguiam prestígio serem apadrinhados por algum branco influente” (LARINDO, 2017, p. 83). A autora demonstra ainda que a realidade de vida de José do Patrocínio era bastante diferente quando comparada com os demais afrodescendentes que moravam na província, pois a maioria não conseguia trabalhar em empregos de profissões que exigiam mão de obra qualificada.

De acordo com a última edição disponível do jornal *O Publicador Goyano*, no qual noticiou a morte de José do Patrocínio e o homenageou, é dito que ele “[...] pugnou com todas as suas forças pela abolição da escravidão, e no dia em que chegou a notícia da lei 13 de Maio, o seu coração exultou de verdadeiro contentamento” (JOSÉ, 1889-a, p. 2). Quando morreu, os principais nomes da sociedade goiana estavam presentes e seu cortejo foi acompanhado por três bandas musicais.

**Figura 2 - Capa do jornal O Publicador Goyano ao noticiar a morte de José do Patrocínio**



Fonte: Jornal *O Publicador Goyano*, ano V, n. 232, p. 1, 11 ago. 1889.

No dia de sua morte, o periódico dedicou uma edição inteira para homenagear seu fundador. Anna Tocantins, esposa e agora viúva de José do Patrocínio, escreveu que apesar da morte do marido, o jornal continuaria sendo veiculado regularmente todos os sábados, o que vai de encontro ao exposto anteriormente ao mostrar que, apesar de estar presente na Hemeroteca Digital Brasileira somente até o ano de 1889, ele teria perdurado até 1892.

### **A Ciência pelas páginas da Seção Científica**

A partir do final do século XIX, período de veiculação do *O Publicador Goyano*, pairava sobre o território brasileiro um “conjunto de valores e modelos que a elite dirigente desejava incorporar como referência para a sociedade” (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 26). Esses valores eram baseados, sobretudo, em modelos europeus que buscavam coordenar e regular as representações sociais, influenciando assim a própria estrutura da sociedade no caminho da “civilização”. “Esses valores foram aglutinados em formulações filosóficas e científicas que procuravam ter junto à sociedade um efeito moral, normatizador” (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 26). Essa normatização é apontada por Rabelo (2010) como uma estratégia para conseguir a subordinação das famílias ao Estado, as quais possuíam uma adesão voluntária, visto que eram apresentadas sempre com a promessa de uma recompensa aos que elas se submetessem.

Essa normatização, como um papel instrutivo das famílias, era observada pelas páginas do periódico por narrativas sobre educação, saúde, hábitos de higiene

e urbanização. O discurso acerca da educação dos jovens e do papel instrutivo das famílias afirmava que a educação moral deveria preceder a intelectual, consistindo na “[...] inoculação de sentimentos bons e nobres, os quaes concorrerão para a formação dos corações juvenis. [Os pais] devem, portanto, cuidar da educação moral porque é ella que estabelece a paz doméstica e torna o homem respeitado” (SECÇÃO SCIENTIFICA, 1885-d, p. 2). A educação das crianças - vale ressaltar que o discurso é direcionado às famílias ricas - era estabelecida pela educação moral, conservadora e científica, a qual transformaria o jovem em um homem respeitado, virtuoso e sábio, para que, no futuro, houvesse “paz na sociedade”. Essa estratégia de oferta-recompensa diminuía a capacidade de resistência da população, sujeitando-os docilmente, e estrategicamente, ao controle estatal, pois “seriam efetivas pela atuação jurídica da lei e, principalmente dos dispositivos normativos, que transformariam a organização das famílias e os comportamentos dos indivíduos entre si e nas relações com o Estado” (RABELO, 2010, p. 125).

A quinta edição do periódico, ao abordar questões relacionadas à saúde pública, defende que as doenças aparecem na sociedade pois a população não tem conhecimento sobre o funcionamento do corpo, desconsiderando o próprio meio em que vivem. Nesta publicação, o redator destaca a importância da observação atenta das sensações humanas como um caminho para evitar muitos males. A ideia central é que se as pessoas fossem mais conscientes de seus próprios sentimentos e necessidades físicas, poderiam minimizar significativamente o sofrimento físico, visto que seguir as leis naturais permitiria que o corpo funcionasse de maneira mais eficaz. O texto destaca também que há uma profunda ignorância sobre as leis da vida e a falta de reconhecimento de que as sensações são guias naturais e confiáveis, dessa forma, como resultado, muitas pessoas adoecem devido a violações contínuas dessas leis naturais (SECÇÃO SCIENTIFICA, 1885-d, p.1).

O redator escreve que se os seres humanos observassem mais suas sensações, “poucos males relativamente soffreriam” (SECÇÃO SCIENTIFICA, 1885-d, p. 1). Esse saber médico de caráter preventivo é apontado por Rabelo (2010) como uma tentativa de controle da saúde e do corpo das pessoas mais pobres para que essas se tornassem mais úteis ao trabalho e menos perigosas para os mais abastados. De forma prática, esse controle é observado sob o olhar dos novos hábitos de higiene, algo já debatido desde a primeira metade do século XIX. Moraes (1995) analisa como o sanitarismo foi instituído, moldando novas práticas sanitárias que tiveram como objetivo esvaziar e purificar o espaço público:

Em 1834, o sanitarismo configurou as práticas sanitárias, restringindo-as a um conjunto de ações sobre os fatores encarados como responsáveis pelo aparecimento da doença coletivamente, identificados com o meio urbano. Em consequência foi reduzido à disposição maior ou menor das condições adequadas de moradia, esgoto, dentre outros. O sanitarismo em Goiás, entretanto, teve também um outro significado. Além da alteração das condições de algumas doenças infecto-contagiosas nos trabalhadores - como a tuberculose e a lepra que eram controladas pelo Governo Provincial através do Hospital de Caridade de São Pedro de Alcântara - as práticas sanitárias foram voltadas para o esvaziamento do espaço público, visando novos hábitos de trabalho e evitando

o perigo da aglomeração dos trabalhadores que, no discurso dos Presidentes de Província, estavam vadiando e fomentando insurreições (MORAES, 1995, p. 15).

A pesquisadora afirma que, embora o sanitarismo tenha emergido na sociedade goiana como uma tentativa de controlar o aparecimento de doenças, ela afirma que há também raízes econômicas nesta utilização do saber médico em favor dos interesses econômicos e políticos, visto que essas práticas sanitárias visavam diminuir a quantidade de mendigos e o amontoado de pessoas pelas praças e ruas, pois, segundo o pensamento da época, proliferavam doenças e impedia que o ar circulasse. As impurezas presentes no ar eram explicadas pela teoria miasmática. Martins e Martins (2006) explicam que acreditava-se que os miasmas surgiam a partir de exalações de pessoas e animais doentes, de dejetos ou substâncias em decomposição, e que impedir o mau-cheiro evitaria o surgimento de doenças, relacionando. Essa relação, conforme aponta Rabelo (2010, p. 44) partia de uma “noção de que a doença decorria da pobreza e das péssimas condições de moradia, e, em consequência dessa visão, a saúde e a salubridade tornavam-se questões de arquitetura, deixando de ser problemas exclusivos da medicina”.

Conforme levantamento realizado por Rabelo (2010) acerca das principais doenças infecciosas na Cidade de Goiás (entre os anos 1864 e 1900), tem-se, em primeiro lugar a disenteria, alcançando 26% dos óbitos; em segundo a tuberculose com 20,2%; seguida da pneumonia com 12,7%; hepatite com 10,2% e febre palustre (malária) com 8,8%. Observa-se que a maioria das doenças estava diretamente relacionada às condições de saneamento e aos hábitos de higiene (ou sua ausência). Para direcionar a população, textos alicerçados em explicações científicas e fisiológicas ofereciam uma exploração detalhada das leis fundamentais que regem o funcionamento do organismo humano. Eram utilizados os saberes médicos como um discurso de autoridade e relevância para, então, orientar sobre modos de vida. Em geral, estabelecia que as boas condições de saúde eram alçadas na absorção de um ar puro, na alimentação reparadora, na movimentação do corpo e na educação. Percebe-se a utilização dos saberes como dispositivos normativos, sendo esta, apontada por Moraes (1995), como uma estratégia colocada em prática pela classe dominante no intuito de disciplinar o trabalhador para as novas relações sociais no espaço da cidade. Nota-se, mais uma vez, que a educação sobre higiene renega o pobre. Ela é vista não só como algo presente na rotina, mas um imperativo de ordem social, conforme aponta Boarini:

É uma necessidade instituída pelo desenvolvimento da civilização. Sem avançar no terreno das obviedades, há que se lembrar que, para atender à necessidade de higiene, sobretudo no meio urbano, essa mesma civilização criou condições básicas [...] que o pobre dificilmente usufruía (e ainda tem dificuldades para usufruir). Nesse panorama, ao se atribuir, única e exclusivamente ao indivíduo pobre a total responsabilidade pela sua saúde e justificar essa situação pela ignorância da população, é negar a falta de recursos e de caráter social necessários à preservação da saúde existentes nesse segmento da sociedade. Nega-se que a natureza do indivíduo é vulnerável às condições precárias vividas socialmente. Nega-se o fato de que a viabilização da higiene não é apenas uma questão de desejo particular de cada um. Nega-se a diferença de recursos dos diferentes segmentos da sociedade. Nega-se, enfim, a diferença entre classes



sociais. Na lógica dessa negação, a alta incidência de mortalidade infantil ocorre porque o indivíduo é pobre e não conhece os preceitos de higiene. Nesse caso, a educação é o caminho (BOARINI, 2003, p. 35).

Boarini (2003) destaca que, a partir desta perspectiva, não só as moléstias físicas tinham como remédio a higiene e as medidas sanitárias, mas também as doenças psíquicas, os bons costumes e a moral, prescrevendo normas ao espaço privado doméstico.

## Diálogo de leitores: Significação das cartas sobre Saúde Pública

A primeira carta endereçada ao jornal *O Publicador Goyano* para tratar sobre saúde pública foi em 24 de outubro de 1885. O texto, assinado por La Voix, da seção Colaboração, discorre sobre o aumento do número de mortes com a chegada da estação chuvosa.

O mez de Outubro é para nós a epoca do anno mais perigosa, pois durante o seu percurso augmenta consideravelmente o obituário da capital. E porque? Necessariamente porque as regras de hygiene não são strictamente observadas; as primeiras chuvas nos sorprendem cercados de lixos, que, entrando no seu periodo de decomposição, evaporão substancias venenosas, mais subtis que o ar e nós respiramos. (LA VOIX, 1885, p. 2)

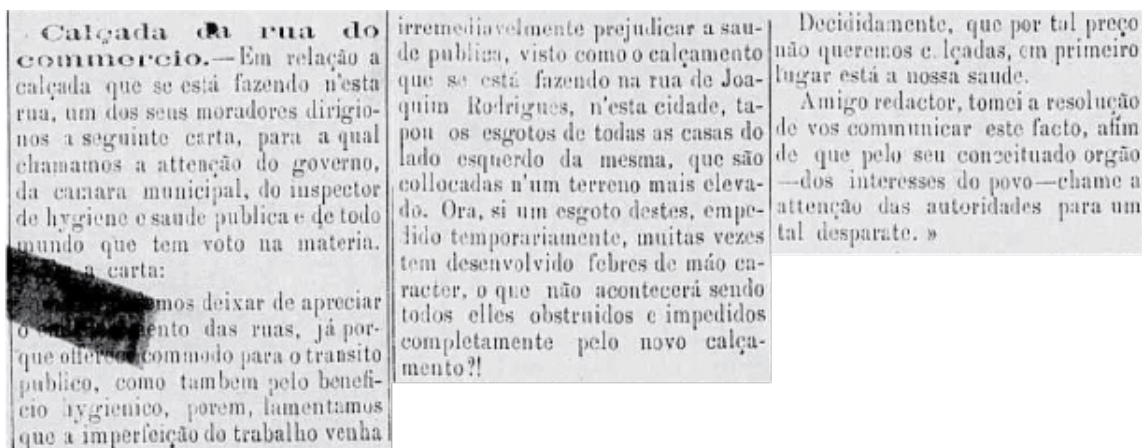
O tema é preocupante ao leitor pois este a enxerga como uma ameaça à saúde pública da população. Além disso, no decorrer do texto, La Voix critica o estado de inércia da população, a qual, segundo ele, é indiferente ao assunto. Segundo Magalhães (2005), até o final do século XIX, a medicina era dominada pela teoria miasmática, que postulava que surtos epidêmicos de doenças infecciosas eram causados pelo ambiente. Acreditava-se que as condições sanitárias precárias geravam um estado atmosférico propício ao surgimento de doenças. Isso levou ao desenvolvimento de uma mentalidade preventiva que orientou as ações de saúde pública. Neste cenário, observou-se que certos tipos de enfermidades eram mais comuns, e várias epidemias e doenças contagiosas surgiam devido à falta de higiene, alimentação deficiente, saneamento inadequado e, em alguns casos, condições climáticas locais. À medida que o século XIX avançava, os administradores e médicos locais passaram a responsabilizar a localização e a arquitetura da cidade de Goiás como fatores preponderantes para as diversas doenças que afligiam a população.

Em continuidade ao texto de La Voix, o autor afirma que “[...] quanto mais ingrato for o clima de um paiz, tanto mais devem os seus habitantes trabalhar pela saude publica; ora, o do nosso por sua natureza é insalubre, o solo humido” (LA VOIX, 1885, p. 2). Neste contexto, Magalhães (2005) afirma que somente nos anos de 1830, mais de um século depois de fundação do antigo arraial de San’Anna, com a Leis das Atribuições das Câmaras (1828) e as Posturas Municipais de Goiás (1830) que os administradores da cidade começaram a organizar o espaço urbano em prol de um local mais saudável, com arborização das praças, canalização das águas dos chafarizes e proibição de circulação de animais que pastavam livremente pelas ruas.

Em 22 de maio de 1886, um leitor não identificado enviou uma carta ao periódico, na tentativa de chamar a atenção das autoridades para o problema que lhe afligia: uma calçada obstruindo esgotos de casas vizinhas. “Ora, si um esgoto destes,

impedido temporariamente, muitas vezes tem desenvolvido febres de máo caracter, o que não acontecerá sendo todos elles obstruidos e impedidos completamente pelo novo calçamento?” (SECCÃO SCIENTIFICA, 1886, p. 2). O trecho demonstra a preocupação com a saúde pública e a importância do esgoto, visto que a responsabilidade pelas medidas sanitárias domésticas cabia a cada morador individualmente (MAGALHÃES, 2005).

### Figura 2 - Carta enviada por leitor reclama de obstrução de esgoto por construção de calçada



Fonte: Jornal *O Publicador Goyano*, ano II, n. 65, 22 maio 1886, p. 5.

Bertolli (2000) afirma que a fragilidade das medidas sanitárias levava a população a lutar por conta própria contra as doenças e a morte” (BERTOLLI, 2000, p. 10). Segundo o autor, a fase imperial do Brasil encerrou-se com graves problemas relacionados à saúde pública coletiva.

Tentativas foram feitas, mas sem os efeitos desejados. Significativamente, Dom Pedro II é sempre lembrado como o monarca que incentivou as pesquisas científicas, premiando os intelectuais que se destacavam no Brasil e mesmo no exterior. O imperador foi muito elogiado pela imprensa estrangeira em 1886, por ter doado uma expressiva quantia à França, para que lá fosse montado um sofisticado laboratório de pesquisas das doenças tidas como males típicos das regiões tropicais. Apesar disso, no final do Segundo Reinado, o Brasil mantinha a fama de ser um dos países mais insalubres do planeta. Era comum aconselhar aos viajantes europeus que evitassem visitar os portos nacionais (BERTOLLI, 2000, p. 10-11).

Neste contexto, Magalhães (2005) destaca que a urgência de implementar saneamento na capital se tornou evidente a partir de 1890, quando febres de “mau caráter” e a influenza causaram numerosas vítimas na cidade de Goiás e em outros municípios. Diariamente, essas doenças chegaram a ceifar até oito vidas, uma taxa de mortalidade considerável para uma pequena localidade que abrigava cerca de dez mil habitantes.

Em 5 de março de 1887, na *Secção Editorial*, foi veiculado uma cópia de um texto publicado no jornal *A Província de Matto-Grosso* sobre a chegada da cholera-morbus nas povoações de Cuyabá. Além da doença em si, a preocupação se dava também com a

escassez de gêneros alimentícios necessários para o consumo da cidade ou da população mais pobre. O texto foi publicado, segundo o editor do *O Publicador Goyano*, sob a justificativa de que naquela cidade, “o inspetor de saúde pública, auxiliado pela polícia tem sido incansável em promover a limpeza da cidade” (SECÇÃO EDITORIAL, 1887, p. 1). A justificativa se deu pela referência tomada pela outra província em relação à prevenção da saúde, o que deveria ser também implementado em Goiás.

Na mesma edição, há também uma carta de denúncia sobre os preços altos cobrados por comerciantes locais em relação aos alimentos:

Consta que o Sr presidente da provincia abriu um credito de 100 contos, á verba-socorros publicos, pelo ministerio do imperio. Com esta medida tem S. Ex. os meios de obter os generos alimenticios necessarios para o consumo da cidade ou da população mais pobre, que de outro modo ficaria exposta á ganancia deshumana dos desalmados, que nao tem escrupulos de especular com o infortunio de seus semelhantes, como existem alguns entre nós. [...] É provável que este expediente nos livre da penuria de que estamos ameaçados fazendo com que os principais artigos alimenticios, como o feijão, arroz, farinha e toucinho, que já estão-se vendendo por altos preços não fiquem fora do alcance dos mais pobres. A carne verde e a secca não tem faltado; apenas o seu preço elevou-se um pouco mais ordinario. (Secção Editorial, 1887, p. 1).

De acordo com Magalhães (2005), nos primeiros anos de colonização do território goiano, o fornecimento de alimentos era um dos principais desafios enfrentados devido à natureza nômade das populações que seguiam as novas descobertas de minérios. Assim como ocorreu nas áreas de mineração em Minas Gerais e Mato Grosso, as crises de escassez de alimentos eram agravadas pela falta de cultivos, devido à concentração de mão de obra na mineração, tornando-se uma questão persistente nos primeiros anos da colonização. Visto que não existia interesse nas atividades agropecuárias, os pioneiros buscaram fornecedores para suprir suas necessidades básicas e, até mesmo, artigos de luxo. A autora explica que neste período, Goiás tinha uma vida extremamente precária, mesmo tendo comerciantes de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro para atender a demanda de produtos, pois as condições de transporte e dos caminhos até a capitania eram péssimas, piorando pelas inundações. Magalhães (2005) pontua que haviam especulações de mercadorias pelos atravessadores, que compravam os produtos dos tropeiros ou de agricultores para revendê-los depois aos moradores das vilas e regiões próximas. Essas pessoas estocavam as mercadorias para forçar a alta dos preços.

Magalhães (2005) afirma que embora tenham sido empreendidas ações administrativas que, em certa medida, tiveram algum efeito, essas medidas provaram ser insuficientes para lidar com as recorrentes crises de abastecimento de alimentos em Goiás ao longo dos anos oitocentistas. Segundo a autora, a análise da documentação disponível revela que a escassez, os altos preços e, ocasionalmente, a fome evidente eram problemas crônicos que afligiam constantemente a sociedade da região. A atividade dos atravessadores, as variações climáticas sazonais, a falta de incentivo à agricultura, a escassez de técnicas apropriadas, a mão de obra limitada, os impostos elevados e as dificuldades no comércio e transporte são fatores interligados que contribuíram para explicar essa dura realidade. Todos estes pontos se desdobraram em uma carência alimentar, baseada em milho, mandioca, arroz, feijão, e carne-seca

temperada com pouquíssimo sal, o que provocou a disseminação de doenças entre a população, principalmente as nutricionais.

### Considerações finais

Ao analisar a Seção Científica do jornal *O Publicador Goyano*, é identificado que a referida editoria aborda, principalmente, temas relacionados à saúde e educação, sendo a narrativa trazida constituída para uma tentativa de popularização da ciência e promoção de debates para a “civilização” da população. Conforme observado, os assuntos veiculados na seção eram reflexos do que estava circulando pelo resto do Brasil e, mesmo ao verificar que houve em Goiás uma instalação tardia da imprensa, é visto que os debates veiculados conseguiram, de certa forma, acompanhar o que estava em voga nos grandes centros urbanos.

Entende-se que os assuntos abordados na referida seção estão dentro de um arcabouço positivista, o qual carrega em suas narrativas o teor de legitimação sob justificativas atreladas a valores (educação e família), virtudes, libertação do mal e seguridade do bem. Mesmo apresentando instruções que deveriam ser seguidas, elas não possuíam um caráter repressivo, como se fosse imposta, por exemplo, pelo Estado, mas eram apresentadas com a promessa de alguma recompensa, como alcançar a “excelência” da sociedade. Esse “bem-estar” social era definido sob vários olhares: a partir da educação intelectual em bases sólidas, do corpo em exercício, da boa higiene e do espírito com uma educação moral. Era afirmado, inclusive, que os filhos deveriam ter essa educação para que as próximas gerações fossem melhores, sendo os pais “arquitetos” do futuro. Ressalta-se que o discurso era destinado, principalmente, às famílias ricas, tanto pela própria alfabetização, quanto pelo conhecimento científico, muitas vezes relacionado à fisiologia, possuindo, assim, um caráter técnico. Aos que não tinham este conhecimento ou “desinteressados” no assunto, eram apontados como ignorantes e culpados pela própria miséria.

Apesar da defesa pela popularização da ciência, é observado que em alguns trechos a narrativa aparece com muita robustez e carregada de termos científicos, sobretudo porque a maioria dos textos são traduções europeias. Além disso, havia também uma despreocupação com a continuidade de alguns textos, sendo observado que muitas vezes eles começavam em uma seção e, na seção seguinte, havia outro assunto. Isso pode inferir que a editoria poderia não ser relevante ao editor do periódico. Outro ponto que fortalece a hipótese é o fato de que a partir do segundo ano do *O Publicador Goyano*, a *Secção Científica* é descontinuada, sem nenhuma justificativa ao leitor.

A análise da *Secção Científica* do jornal *O Publicador Goyano* proporcionou identificar o quão a história da imprensa está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de uma população, bem como com o debate público presente nesta sociedade. Ressalta-se que o jornal teve uma vida longa ao comparar com outros periódicos do mesmo período, deduzindo que ele tenha sido relevante para as discussões da época, estando alinhado com os debates em curso no Brasil. O papel da seção de interesse deste estudo na popularização da ciência e nas normativas de novos hábitos de higiene e saúde, se dava pela tentativa de instituir novas relações sociais e disciplinar a sociedade, mesmo que essas narrativas fossem permeadas por interesses econômicos e sociais.

## Referências

AO PUBLICO. Jornal *O Publicador Goiano*, Cidade de Goiás, ano I, n. 1, p. 1, 25 fev. 1885.

BOARINI, Maria Lúcia. Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil. In: *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem, 2003, p. 216-216.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro; BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa Goiana no Século XIX*. Goiânia: CEGRAF UFG, 2024.

FLORAMBEL, Floriano. A imprensa brasileira. Jornal *O Publicador Goyano*, Cidade de Goiás, ano I, n. 1, p. 1, 25 fev. 1885.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

IMPrensa. Jornal *O Publicador Goiano*, Cidade de Goiás, ano I, n. 1, p. 1, 25 fev. 1885.

JOSÉ do Patrocínio Marques Tocantins. Jornal *O Publicador Goyano*, Cidade de Goiás, ano V, n. 232, p. 2, 11 ago. 1889-a.

\_\_\_\_\_. Jornal *O Publicador Goyano*, Cidade de Goiás, ano V, n. 232, p. 3, 11 ago. 1889-b.

LA VOIX. Colaboração. In: *O Publicador Goyano*, Cidade de Goiás, ano I, n. 1, p. 2, 25 fev 1885

LARINDO, Aparecida Macedo. *José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889): trajetória de um afrodescendente na Província de Goiás no século XIX*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás.

MAGALHÃES, Sônia Maria. O cenário nosológico de Goiás no século XIX. *Varia Historia*, v. 21, p. 456-473, 2005.

MARTINS, Lilian A. Pereira.; MARTINS, Roberto de Andrade. Os miasmas e a teoria microbiana das doenças. *Scientific American Brasil* [Série História], n. 6, p. 68-73, 2006.

MEMORANDUM. Jornal *O Publicador Goiano*, Cidade de Goiás, ano I, n. 1, p. 1, 25 fev. 1885.

PROGRAMMA. Jornal *O Publicador Goiano*, Cidade de Goiás, ano I, n. 1, p. 1, 25 fev. 1885.

RABELO, Danilo. *A normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás, 1822-1889*. Goiânia: Cegraf UFG, 2010.

SECÇÃO EDITORIAL. Jornal *O Publicador Goiano*, Cidade de Goiás, ano I, n. 1, p. 1, 25 fev. 1885.



SECÇÃO SCIENTÍFICA. *O Publicador Goyano*, Cidade de Goiás, ano I, n. 4, p. 1-2, 28 mar. 1885

SECÇÃO SCIENTIFICA. *O Publicador Goiano*, Cidade de Goiás, ano II, n. 65, p. 2, 22 maio 1886.

SECÇÃO EDITORIAL. *O Publicador Goyano*, Cidade de Goiás, ano III, n. 106, p. 1, 5 mar. 1887.